

A análise do chamado “poder tradicional” é um dos temas mais recorrentes dos estudos africanos desde a formação desta área de estudos e, ao mesmo tempo, um verdadeiro campo de batalha académico.

A presença de “chefes tradicionais” não é, em si, específico da África subsariana. Até às discussões mais recentes, nunca foi convincentemente explicado quais os critérios objectivos para separarmos, de maneira conceptual, um “rei” ou “nobre com terra” de qualquer sociedade da Europa, do Próximo Oriente, da Ásia oriental ou meridional, de um chamado “chefe tradicional” da África subsariana, da América do Norte, ou da Oceânia, para mencionarmos apenas algumas zonas típicas da discussão. É evidente que a expressão “chefe tradicional” foi reservada para as zonas supostamente menos “desenvolvidas” e mais “tribais” (do ponto de vista dos autores da tipologia). No entanto, ainda no início da época moderna se encontravam situações similares em regiões vistas como marginais da Europa – era o caso dos chefes de comunidades dos Balcãs ou do Norte da Europa, inclusive mesmo de zonas bem no coração do continente europeu como a Frísia. Porém, o processo de criação dos Estados nacionais na Europa do século XIX, aliado a uma certa profissionalização dos trabalhos etnográficos, reservou, crescentemente, o atributo de “chefe tradicional” aos líderes de comunidades que, na imaginação europeia (e das sociedades “brancas” da América do Norte, da Austrália e da Nova Zelândia), eram “estáticas”, “subdesenvolvidas” e “tribais”.

Relativamente ao suposto “carácter tribal” e à organização étnica das sociedades africanas, não surpreende que esta visão do “poder tradicional” tenha provocado, na época das independências, uma forte reacção nos meios académicos. Assim, os estudos africanos não só desenvolveram um ataque à visão étnico-tribal dos grupos africanos, mas também passaram a desvalorizar, de outro modo, o conceito de “chefes tradicionais”. Instrumentos da administração colonial, autocratas, relíquias dum período pré-moderno destinadas a desaparecer na corrente da modernização – esta foi, em grandes linhas, a interpretação académica do “poder tradicional” entre 1970 e 2000. Todavia, tornou-se não obstante evidente, no trabalho sociológico ou antropológico exercido em muitas regiões do continente africano, que os “chefes tradicionais” não se desvaneceriam completamente. Talvez fossem um conceito colonialista, mas, ao mesmo tempo, constituíam uma realidade local e regional.

O objectivo principal de editar um dossiê dedicado a esta temática é o de reavaliar as funções dos chamados “chefes tradicionais”, reabrindo deste modo o debate sobre a posição do “poder tradicional” africano durante o período colonial. Não pretendemos fazer a análise exaustiva de qualquer região nem a formulação dum modelo teórico e de

discussão global. Provavelmente, é ainda prematuro (re)iniciar um debate extenso desta natureza. Em contrapartida, este dossiê exemplifica novos caminhos de acesso para a conceptualização do “poder tradicional” sob domínio colonial. Estes estudos de caso mostram, como seria esperado, especificidades dos problemas do “poder tradicional” sem poder reclamar uma representatividade mais larga. Contudo, através dos problemas que discutem, efectivamente convidam a uma reflexão comparativa que inclui vários casos locais e regionais do continente africano.

Assim, Alexander Keese tenta entender o fenómeno da função dos “chefes tradicionais” em diferentes territórios da então África Ocidental Francesa (AOF), a partir da sua resiliência durante um momento de crise – entre 1945 e as independências – no qual a necessidade e a conveniência duma continuidade das estruturas do “poder tradicional” foram globalmente questionadas. Analisa as estratégias de adaptação e o intercâmbio entre “chefes tradicionais” e populações locais através dos casos do Senegal, da Costa de Marfim e da Guiné-Conacri. Estabelece-se igualmente um contraste com a situação de dois territórios adjacentes à AOF: a Gâmbia sob domínio britânico e a então designada Guiné Portuguesa. Philip Havik centra-se nas estruturas coloniais deste último território – a actual Guiné-Bissau – e oferece um estudo detalhado sobre a margem de manobra de que os “chefes tradicionais” dispunham face a uma administração colonial que, por seu lado, se movia entre dois princípios contraditórios: a procura da eficiência administrativa (e sobretudo fiscal) e o respeito por (algumas) estruturas supostamente identificadas como “tradicionais”. Neste contexto, o poder dos *régulos* ou *regedores* é posto em contraste com o das guardas “indígenas” – os chamados *sipaios* ou *sipais* – e, mais genericamente, com as actividades dos empregados guineenses da administração colonial. O estudo é completado com comparações entre a situação da Guiné-Bissau e uma outra colónia portuguesa de muito maior extensão: a Província de Angola.

O caso dos Asante discutido por Louise Muller é um caso em que o “poder tradicional”, ainda que também numa posição de intermediário entre as populações locais e os interesses da administração colonial britânica do território da *Gold Coast* (hoje Gana), mantinha uma enorme autoridade. Esta autoridade é explicada pela autora pela função de mediadores religiosos que os *asantehenes* – os “chefes tradicionais” de Asante – assumiam. Um tal papel continha não só a mediação entre o mundo da vida quotidiana e o mundo espiritual, mas também a manutenção da ordem entre “religião tradicional” e novas tendências religiosas, nomeadamente as diferentes denominações missionárias e as correntes de proselitismo islâmico. O caso de Asante mostra que uma dinastia “tradicional” conservava o poder de tomar decisões essenciais relativas à integração ou à exclusão de diferentes tendências. De maneira talvez inesperada, Madalina Florescu consegue discutir, através das relações entre religião e “poder tradicional”, um caso oposto ao dos Asante. Na região de Luanda, como noutras regiões de Angola, o fim do domínio colonial português significou sobretudo o desaparecimento, ou pelo menos uma diminuição extrema, do papel do “poder tradicional”. O vácuo resultante deste processo deixou espaço a outras formas de liderança popular. Neste caso angolano, a religião não aparece como um factor importante para a salvaguarda da autoridade do “chefe tradicional”, mas, pelo contrário, como uma alternativa. A autora explica o modo como, relativamente à região de Luanda, um cristianismo popularizado, permitindo a existência de vários sincretismos, assume o papel anteriormente desempenhado pelo “poder tradicional”.

Alexander Keese (CEAUP)